

Nova Página da História católico-anglicana

Foi publicada no dia 9 de Novembro a Constituição Apostólica “Anglicanorum Coetibus”, sobre as Orientações pessoais para os anglicanos que entram na Igreja católica. Esta iniciativa do Papa corresponde “aos numerosos pedidos enviados por parte de vários grupos de clérigos e de fiéis anglicanos, de diversas regiões do mundo”.

Desde o século XVI, quando o rei Henrique VIII declarou a independência da Igreja de Inglaterra da autoridade do Papa, a Igreja de Inglaterra criou as suas próprias confissões doutrinárias, hábitos litúrgicos e práticas pastorais, incorporando muitas vezes ideias da Reforma que teve lugar no continente europeu. A expansão do Reino britânico, unida ao apostolado missionário anglicano, comportou sucessivamente o nascimento de uma Comunhão anglicana a nível mundial.

Ao longo dos mais de 450 anos da sua história, a questão da reunião entre anglicanos e católicos nunca foi posta de lado. Nos meados do século XIX, o Movimento de Oxford (na Inglaterra), demonstrou um renovado interesse pelos aspectos católicos do anglicanismo. No início do século XX, o Cardeal Mercier da Bélgica estabeleceu diálogos públicos com os anglicanos, com a finalidade de indagar sobre a possibilidade de uma união com a Igreja católica, sob a bandeira de um anglicanismo “reunido, mas não absorvido”.

O Concílio Ecuménico Vaticano II alimentou a esperança de uma união, de modo particular através do Decreto sobre o ecumenismo (cf. n. 13) que, fazendo referência às Comunidades separadas da Igreja católica no período da Reforma, reiterou: “Entre aquelas [comunhões] nas quais continuam a subsistir parcialmente as tradições e as estruturas católicas, a Comunhão anglicana ocupa um lugar especial”.

A partir do Concílio Vaticano II, as relações entre anglicanos e católicos romanos criaram um clima de compreensão e cooperação mútua. A Anglican-Roman Catholic International Commission (ARCIC) emanou uma série de declarações doutrinárias ao longo dos anos, na esperança de lançar a base para uma união plena e visível. Para numerosos pertencentes às duas Comunhões, as declarações emanadas pela ARCIC puseram à disposição um instrumento em que pode ser conhecida a expressão conjunta da fé. É em tal moldura que se deve contextualizar esta nova iniciativa.

Nos anos sucessivos ao Concílio, alguns anglicanos abandonaram a tradição de conferir as Ordens sagradas somente aos homens, chamando ao presbiterado e ao episcopado também as mulheres. Mais recentemente, alguns segmentos da Comunhão anglicana afastaram-se do comum ensinamento bíblico a respeito da sexualidade humana já claramente expresso no documento da ARCIC “Vida em Cristo” conferindo as Ordens sagradas a clérigos abertamente homossexuais e abençoando as uniões entre pessoas do mesmo sexo. Não obstante, enquanto a Comunhão anglicana deve enfrentar estes novos e difíceis desafios, a Igreja católica permanece plenamente comprometida no seu diálogo ecuménico com a Comunhão anglicana, de maneira particular através da actividade levada a cabo pelo Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos.

Entretanto, muitos anglicanos entraram individualmente na plena comunhão com a Igreja católica. Às vezes entraram também grupos de anglicanos, conservando uma determinada estrutura “corporativa”. Isto teve lugar, por exemplo, no caso da diocese anglicana de Amritsar, na Índia, e inclusive de algumas paróquias individualmente nos Estados Unidos da América que, embora tenham conservado uma identidade anglicana, entraram na Igreja católica no contexto de uma chamada “providência pastoral”, adoptada pela Congregação para a Doutrina da Fé e aprovada pelo Papa João Paulo II em 1982.

Nestes casos, a Igreja católica dispensou frequentemente do requisito do celibato, admitindo que esses clérigos anglicanos casados que desejam dar continuidade ao serviço ministerial como sacerdotes católicos sejam ordenados na Igreja católica.

Em tal contexto, os Ordinariatos pessoais instituídos em conformidade com a supramencionada Constituição Apostólica podem ser vistos como um passo rumo à realização da aspiração da união plena e visível na única Igreja, que é uma das finalidades principais do movimento ecuménico.